



EIXO 3: POLÍTICAS CURRICULARES, AVALIAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ÂMBITO LOCAL, NACIONAL, REGIONAL E GLOBAL

O TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL: UMA REVISÃO

Miguel Silva dos Santos

UFRPE

miguel.santos.sociologo@gmail.com

Resumo

Introdução

A partir do governo Lula, o tema da educação em tempo integral vem ganhando cada vez maior destaque no Brasil associado ao discurso de gerar uma melhoria qualitativa na educação. Existe uma vasta discussão sobre Educação Integral e em Tempo Integral com diferentes abordagens e concepções (CAVALIERE, 2007, 2009, 2014). Como avalia Rodrigues (2013), a proposta de ampliação da jornada surgiu em 2007 em meio à criação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Nesse contexto, o presente artigo apresenta uma discussão sobre o trabalho docente no âmbito da educação integral com base em uma revisão bibliográfica.

Os artigos utilizados foram selecionados através de uma pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES com a inserção do termo “educação integral trabalho docente” na barra de pesquisa com um total de 111 resultados. Sendo selecionados quatro artigos para análise, levando em conta os artigos que tratavam centralmente do trabalho docente na educação integral. Cada um dos artigos analisa uma diferente realidade a partir de uma diferente metodologia, destacamos em tópicos as questões que estão presentes neles destacando o que lhes é comum.

Planejamento

Um primeiro ponto gira em torno da realização do planejamento. Dentre os artigos selecionados, 3 deles abordam essa questão. Em seu artigo Rodrigues e Penha (2022) demonstram que os professores relataram que apesar de haver uma carga horária de trabalho designada para o planejamento existe uma dificuldade de efetivamente



utilizá-la com esse objetivo devido a alta carga de trabalho burocrático e contratempos cotidianos da escola como a demanda por substituir um outro professor que se ausenta.

Silva e Oliveira (2023) apontam nessa mesma direção ao constatar que no cenário analisado por eles os professores dedicam uma grande parte do horário que deveria ser para estudos e planejamento no preenchimento de documentos de acompanhamento pedagógico e administrativo, tendo também que substituir colegas ausentes em muitos momentos, além disso também foi relatada a dificuldade de realizar um planejamento autônomo devido à pressão ocasionada pelas metas das provas de avaliações externas e também pela maneira como a avaliação docente é realizada.

Ao analisar a legislação do município do Rio de Janeiro, Martins e Coelho (2022) apontam que o direito ao período de $\frac{1}{3}$ de atividade extraclasse para planejamento e formação está ausente do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) da Secretaria de Educação da cidade do Rio de Janeiro de 2013 e apesar de ter sido aprovado na Câmara Municipal dentro no Plano Municipal de Educação (PME) de 2018 esse aspecto sofreu um veto, ocasionando que no momento analisado pelas autoras a legislação da cidade do Rio de Janeiro não possuía dispositivo legal que abarcasse essa questão.

Remuneração

Outro aspecto que destacamos é a questão da remuneração docente Silva e Oliveira (2023) apontam que a remuneração dos professores melhorou após a Lei do Piso Salarial Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, porém ainda é inferior à de profissionais de outras áreas com mesmo nível de formação. Há uma diferença de salário entre professores efetivos e temporários o que causa desconforto e fragmentação na relação entre os docentes. Os professores das escolas em tempo integral ganham uma bolsa que não é incorporada ao salário.

Ao falar sobre a remuneração docente Rodrigues e Penha (2022) apontam também a defasagem salarial e gratificações sem perspectiva de reajuste ou congelados. Ressaltam que uma parte importante dos salários é composto por bolsas e/ou gratificações que muitas vezes chegam a 40%, 50% do que é recebido, assim a renda se torna vulnerável gerando uma instabilidade salarial. Como já virou lugar comum no Brasil, também ressaltam a existência de variadas formas de contratação, com



professores efetivos e muitos outros com contratos temporários que não acessam muitos direitos trabalhistas dos concursados.

Ao analisar a questão da organização do trabalho docente na legislação do município do Rio de Janeiro, Martins e Coelho (2022) apontam que apesar de ter sido aprovado no município em 2010 uma lei que estabelece que todas as escolas municipais devem implementar uma educação integral com ampliação da jornada com o mínimo de 7 horas diárias não foram construídas legislações que ajustem a carreira docente à essa nova realidade. O Plano de Cargos e Carreira de 2013 avançou ao corrigir distorções salariais que existiam entre professores de categorias e níveis de formação semelhantes, porém falhou ao não possuir uma estratégia de reajuste anual e aumento salarial. No PME de 2018 foram apresentados pontos que versavam sobre o estabelecimento de um regime de trabalho de 40h com o objetivo de atender às escolas de tempo integral e a dedicação de cada professor a uma única escola, pontos esses que foram vetados.

Privatização

Outra questão que buscamos destacar é a lógica neoliberal que estabelece a presença de organismos privados dentro do sistema de educação integral público, um aspecto que é destacado por Rodrigues e Penha (2022), Silva e Oliveira (2023) ao apontar que o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) é responsável pela implantação do Programa, um processo de privatização endógena (Ball e Youdell, 2008). Esses chamados empresários da educação (Freitas, 2014) disputam a organização do projeto pedagógico. Esse instituto pernambucano implantou a chamada escola de Escolha, pedagogia da presença e tem participado de diversos estados. Rodrigues e Penha (2022) destacam que essa organização realizou uma grande modificação na gestão escolar e no currículo, o que modificou as condições em que o trabalho docente se realiza. Silva e Oliveira (2023) salientam que a privatização da Educação Básica se dá em três dimensões: na oferta educacional, no currículo e na gestão da educação, e que esses três aspectos encontram-se presentes na realidade analisada. O artigo Luna e Dantas Filho (2022) converge nesse ponto com os outros artigos analisados ao fazer referência ao ICE e à implantação da tutoria nas escolas de tempo integral, apontando que docentes assumem essa função sem uma formação específica.



Considerações finais

Ao analisar os artigos identificamos aspectos do trabalho docente que geram dificuldades para seu desenvolvimento. Primeiro, a falta de tempo para planejamento das aulas. Segundo, a remuneração adicional baseada em gratificações ou bolsas. Terceiro, a influência do ICE na formulação de um currículo pautado na visão empresarial gerando mais uma função da tutoria, mas não define o perfil docente para sua execução.

Palavras-chave: Educação em Tempo Integral, Trabalho Docente.

Referências

- BALL, S. J.; YOUDELL, D. La privatización encubierta en la educación pública. Instituto de Educación, Universidad de Londres, 2008.
- CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, 2007.
- CAVALIERE, Ana Maria. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009
- CAVALIERE, Ana Maria. Escola Pública de Tempo Integral no Brasil: Filantropia ou Política de Estado. Educação e Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1204-1222, 2014.
- DE LUNA, Leossandra Cabral; DANTAS FILHO, Francisco Ferreira. Escola Cidadã Integral: Percepções de Professores do Ensino Médio sobre a Prática da Tutoria. Revista Insignare Scientia - RIS, Brasil, v. 5, n. 3, p. 49–68, 2022. DOI: 10.36661/2595-4520.2022v5n3.12752. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/12752>. Acesso em: 25 jul. 2025.



FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012.

MARTINS, Flávia; COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. Valorização do magistério e educação em tempo integral na rede de ensino pública municipal do Rio de Janeiro: o que dizem os documentos normativos?. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 1174–1191, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v11n3a2022-65754. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/65754>. Acesso em: 25 jul. 2025.

RODRIGUES, C. M. L. O plano de ações articuladas (PAR) em municípios do nordeste: Pretextos, Proposições e o contexto da prática pedagógica e currículo. *Espaço do Currículo*, v.6, n.2, p. 292-306, Maio a Agosto de 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/17151/9770>. Acesso em: 18 jul. 2024.

RODRIGUES, Raphaela Barbosa de Farias; PENHA, Jonas Marques da. Condições do trabalho docente no contexto das escolas cidadãs integrais da rede estadual de ensino da Paraíba. *Revista Ensino de Geografia (Recife)*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 14–32, 2022. DOI: 10.51359/2594-9616.2022.251458. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ensinodegeografia/article/view/251458>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SILVA, H. R. da.; OLIVEIRA, D. A. O Trabalho Docente no Contexto das Escolas Cidadãs da Paraíba. *Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 32, n. 70, p. 109–128, 2023. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2023.v32.n70.p109-128. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/faeeba/article/view/15768>. Acesso em: 25 jul. 2025.